



ESCOLA POLITÉCNICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## CONSIDERAÇÕES SOBRE A MINUTA DO “Regulamento Técnico para o Credenciamento das Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento”.

Revisão 01- 04/agosto/2005

### Considerações Gerais

Antes das apreciações objetivas sobre o documento em epígrafe apresentarei algumas considerações gerais.

- Tendo como base a minha experiência profissional em entidades públicas considero que, se não houver um período de transição para implantação desse Regulamento as Instituições vinculadas a Entidades públicas terão enormes dificuldades para atender às exigências nele contidas. As dificuldades começam pelos prazos, passam pelas condições das instalações físicas e deságuam nos mecanismos de acompanhamento, sistema de qualidade, atendimento ao cliente e avaliação, que são usuais nas empresas organizadas mas não nessas Entidades.
- Existem alguns aspectos frágeis no Regulamento que deverão merecer reflexões. Por exemplo: a subjetividade das avaliações pode conduzir a contradições danosas para o sistema que se pretende implantar. Quando se atribui uma “nota” para a competência dos recursos humanos está se lidando com um conceito, essencialmente, subjetivo mas que de alguma forma já está presente no cotidiano das Entidades, no entanto, os mecanismos de quantificação de competências coletivas são muito imprecisos e os resultados podem ser inconsistentes. Na mesma linha, quando se fala em relevância/impacto dos resultados, aí a subjetividade é maior ainda e os critérios para se avaliar essa relevância não atendem quaisquer requisitos de rigor, principalmente, em razão das escalas de tempo em jogo.
- É meu entendimento que o Regulamento visa garantir às empresas investidoras em P&D da área de Petróleo e Gás a disponibilidade de um conjunto estruturado de Instituições que seja capaz de fornecer Serviços Tecnológicos de alto padrão. Um instrumento fundamental para garantir o sucesso de um projeto de P&D é uma boa Proposta de Projeto, apoiada em discussões minuciosas do *objeto* do Projeto, tipo de relatórios previstos, periodicidade desses relatórios, prazos, investimentos, preços etc., entre a empresa contratante e a Instituição, culminando com a aprovação da Proposta pela contratante. Não há, no Regulamento, menção a esse instrumento e que peso seria dado esse quesito. Instrumento tão importante quanto a Proposta de Projeto são os Relatórios Técnicos redigidos em atendimento ao estabelecido na Proposta. Esse instrumento também não é mencionado no Regulamento.
- Na mesma linha da observação anterior há que se considerar a estrutura jurídica da Instituição, pois apesar de ser um assunto nevrálgico nas relações entre empresas e Instituições é um quesito relevante na elaboração de uma boa Proposta de Projeto, mesmo porque o desfecho das negociações entre empresas e Instituições, sobre um Projeto, é a celebração de um contrato em que a Proposta é item essencial. O Regulamento também não faz qualquer menção nem a estrutura jurídica da Instituição nem ao instrumento contratual que é parte de toda a cadeia de competências envolvidas no desenvolvimento do Projeto.



## ESCOLA POLITÉCNICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

### Apreciações

#### 1. Sobre as Definições, item 6

- Subitens 6.1 e 6.2, páginas 5/42 e 6/42.

Há uma imprecisão na definição de Instituição, subitem 6.1, que é agravada pela definição de Instituição Associada, subitem 6.2. A imprecisão está na expressão “unidade organizacional”. Para eliminar essa imprecisão deve-se esclarecer se essa unidade organizacional é regimental, ou seja, se essa unidade deve ser uma unidade formal prevista no regimento da Entidade ou pode ser uma “unidade operacional” como é usado no subitem 6.2.

#### 2. Sobre a Transferência de Serviços, item 9 página 10/42.

Em alguns Serviços Tecnológicos a serem realizados por uma dada Instituição pode ocorrer a necessidade de contratação de uma parte específica de serviços de terceiros (empresa ou pessoa física, não de uma Instituição Associada). Não se trata de transferência de um Serviço mas de parte específica de um serviço. No meu entendimento o Regulamento não considera essa situação.

#### 3. Sobre os Serviços Tecnológicos, item 10 página 10/42.

Considero a divisão do universo de áreas de conhecimento credenciável em partes estanques inadequadas, pois os nossos conhecimentos não são estanques. Creio que o escopo do credenciamento deve fazer parte da proposta apresentada pela instituição. A proposta deve abranger, de forma estruturada e organizada, os diversos tipos de serviços em que a instituição está pleiteando credenciamento, acompanhados da relação de serviços já realizados. Relação esta que deve informar o nome de cada empresa que contratou cada serviço, a data de início e término do serviço, o valor do projeto que deu suporte ao desenvolvimento do serviço o nome do coordenador desse projeto etc. Em situações em que couber pode ser solicitada, com a anuência do contratante do serviço, cópia de relatórios técnicos originados na realização do serviço.

#### 4. Sobre as Etapas do Credenciamento, item 13,

- subitem 13.2.2 página 12/42.

Em se tratando de Instituições vinculadas a Entidades públicas esse prazo é absolutamente irreal. Sugiro que o prazo máximo seja estendido para 30 (trinta) dias.

- subitem 13.4.4 página 13/42.

Em atividades de pesquisa e desenvolvimento, boa parte dos recursos físicos e materiais é importada. A correção de uma avaria num equipamento de origem estrangeira supera, fácil, esses prazos. Se uma não-conformidade estiver vinculada a uma situação desse tipo, em geral, a Instituição não dispõe de mecanismo eficaz para sanar a não-conformidade nesses prazos. Portanto, entendo que esse subitem deve ser flexibilizado para casos desse tipo, em decorrência o subitem 13.4.5 deve, também, ser flexibilizado.

#### 5. Sobre o Prazo de Validade do Credenciamento, item 14 página 14/42.



## ESCOLA POLITÉCNICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Considero o prazo de validade do credenciamento de 36 (trinta e seis) meses muito curto uma vez que há um contínuo acompanhamento das Instituições Credenciadas, por parte da ANP, além de ser uma atividade com uma carga burocrática não desprezível. Sugiro um prazo de 60 (sessenta) meses.

### 6. Sobre a manutenção do Credenciamento, item 15 página 15/42,

- subitem 15.5.1.

Seguindo o mesmo argumento usado para o subitem 13.2.2 pode-se considerar o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, para a correção de não-conformidade, muito curto. Sugiro que esse prazo seja estendido para 75 (setenta e cinco) dias.

- subitem 15.5.2

Como decorrência do caso anterior sugere-se que o prazo máximo para sanar as conformidades passe de 120 (cento e vinte) para 180 (cento e oitenta) dias.

### 7. Sobre o ANEXO B - Procedimentos e Requisitos Técnicos de Avaliação para o Credenciamento

- subitem B-5.5.3 (que deve ser B-5.5.4), página 32/42.

Entendo que deve fazer parte dos critérios de avaliação dos resultados a qualidade dos relatórios redigidos, particularmente dos Relatórios Técnicos. Ao contrário: o indicador “número de patentes depositadas” *pela Instituição*, pelo que ocorre em nível internacional, não é um indicador relevante para medir desempenho de instituições de pesquisa, pois as patentes adquirem valor junto às empresas e ao mercado. Assim é importante que os projetos de P&D gerem patentes mas a serem requeridas e mantidas pelas empresas, não pelas Instituições. É bom lembrar que as Instituições já têm um conjunto de missões voltadas para o ensino, pesquisa e prestação de serviços à comunidade, decorre que, não sendo uma missão, a incorporação das atividades voltadas à exploração e manutenção das patentes acaba sendo um ônus às Instituições sem retornos relevantes, portanto, essas atividades são mais apropriadas às empresas.

São Paulo, 09 de setembro de 2005.

Jairson de Lima – PV / PRH-19 ANP